#TIPO_ATO	:	**DSG - G.RC - 4063/2015**
PROCESSO TC/MS	:	TC/9708/2014
PROTOCOLO	:	1514741
ÓRGÃO	:	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE DE MATO GROSSO
ORDENADOR (A) DE DESPESAS	:	MARIO ALBERTO KRUGER
CARGO DO ORDENADOR (A)	:	PREFEITO MUNICIPAL
ASSUNTO DO PROCESSO	:	CONTRATO ADMINISTRATIVO – 67/2014
RELATOR	:	CONS. RONALDO CHADID
CONTRATADO (A)	:	POSTO 2001 LTDA
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	:	PREGÃO 6/2014
OBJETO DA CONTRATAÇÃO	:	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO TIPO CAÇAMBA ABERTA MODELO2324, COM CAPACIDADE DE 14 M_3, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE RIO VERDE DE MATO GROSSO –MS.
VALOR INICIAL DA CONTRATAÇÃO	:	R$66.000,00

Em exame o procedimento licitatório - Pregão Presencial n. 06/2014 e a formalização do Contrato Administrativo nº 06/2014, celebrado entre o Município de Rio verde de Mato Grosso/MS e a empresa Posto 2001 Ltda., visando à locação de caminhão tipo caçamba aberta modelo 2324, com capacidade de 14 m3, em atendimento à Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município, no valor global de R$66.000,00 (sessenta e seis mil reais).

A equipe técnica, ao analisar a documentação encaminhada, concluiu que o presente processo se encontra em consonância com as normas de Licitações e Contratações Públicas e de Direito Financeiro, em observância ao estatuído no Regimento Interno e nas Instruções Normativas desta Corte de Contas

(ANA-5ª-ICE-12711/2014), com ressalvas à intempestividade na remessa dos documentos.

O douto representante do Ministério Público de Contas instado a se manifestar exarou parecer (PAR-MPC-3751/2015), considerando à observação da legislação pertinente, também opinou pela legalidade e regularidade do procedimento licitatório e da formalização do contrato administrativo em apreço, com ressalva em face da intempestividade na remessa de documentos.

É o relatório.

Passo às razões da Decisão.

Ao proceder à análise das peças que compõe os autos e amparado pelas informações técnicas prestadas pela 5ªICE, observo que foi remetida intempestivamente a este Tribunal de Contas a documentação elencada na Instrução Normativa TCE/MS 35/11, imprescindíveis para averiguar a licitude dos atos praticados pelo Ordenador de Despesas.

Para contratação da empresa de locação de caminhão para atender a Secretaria de Obras do Município o Gestor adotou a modalidade - Pregão Presencial – realizando o procedimento em alinho com os critérios estabelecidos na Lei 10.520/02 e 8.666/93.

O Termo de Contrato n. 67/2014 foi regularmente celebrado com a empresa Posto 2001 Ltda, estando presentes as cláusulas necessárias, previstas nos artigos 54, parágrafos 1º e 2º, 55 e 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93, visto que existe a qualificação das partes, assim como as condições para sua execução.

Todavia, o referido termo de Contrato foi encaminhado fora do prazo estabelecido no Anexo I, Capítulo III, Seção I, subitem 1.1.1, alínea *a*, da Instrução Normativa TCE/MS n. 35/11, razão pela qual incorre a conduta do Prefeito

do Município na multa prevista no art. 46, parágrafo 1º da Lei Complementar 160/12, ou seja, 01 (uma) UFERMS por dia de atraso até o limite de 30 (trinta).

Considerando que o prazo da remessa do contrato é de 15 (quinze) dias da publicação, e que esta foi realizada em 06/02/2014, os documentos deveriam ter sido remetidos até 27/02/2014, e foram remetidos somente em 17/06/2014, extrapolando 79 dias o prazo para protocolização, portanto fixo a multa no valor correspondente a 30 (trinta) UFERMS, nos termos do art. 170, § 1º, inciso I, alínea "*a*", do Regimento Interno desta Corte de Contas, aprovado pela RN/TCE/MS n. 76/2013 e Provimento n. 02/2014 da Corregedoria Geral do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

Mediante o exposto, acolho o parecer emitido pelo Ministério Público de Contas e nos termos do art. 59, incisos I e II da Lei Complementar 160/12 c/c art. 120, incisos I e II, do Regimento Interno desta Corte de Contas, aprovado pela RN/TCE/MS n. 76/13, **DECIDO**:

I- Pela **REGULARIDADE** do procedimento licitatório – Pregão Presencial nº 06/2014 e a formalização do Termo de Contrato nº 67/2014, por observância às disposições da Lei 8.666/93, aplicáveis à matéria, **ressalvada** a remessa intempestiva dos documentos a esta Corte de Contas;

II- Pela **APLICAÇÃO DE MULTA**, ao Ordenador de Despesas, Mário Alberto Kruger, portador do CPF n° 106.905.010-20 e, em valor correspondente a 30 (trinta) UFERMS, nos termos do artigo 170, § 1º, inciso I, alínea *a*, do Regimento Interno desta Corte de Contas, aprovado pela RN/TCE/MS 76/13 e Provimento 02/14 da Corregedoria do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, pela remessa dos documentos referente ao Termo do Contrato fora do prazo estabelecido.

III- Pela **CONCESSÃO DE PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS** para que o responsável do Órgão, nominado no item anterior, pague ao FUNTC, a multa imposta, bem como, no mesmo prazo, traga aos autos

a comprovação do pagamento, sob pena de cobrança executiva judicial, nos termos do artigo 83 da LC 160/12, c/c com o artigo 172, § 1º, item I, do Regimento Interno;

É a Decisão.

Campo Grande, MS 23 de junho de 2015.

Ronaldo Chadid
Conselheiro Relator

smmga